



Handwritten initials/signature

Reunião pública – Ata n.º 13/2016

Data 2016-05-09

Início 14.35 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 16.45 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	José Faria da Silva Santos
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, o Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge solicitou a sua substituição nos termos do artigo 78.º da L.A.L., pelo cidadão do PSD imediatamente a seguir na ordem da lista concorrente à Câmara Municipal, Maria Beatriz Schulz Nunes.-----

Não podendo estar presente na reunião, por se encontrar ausente do país, a Sra. Vereadora Maria Beatriz Schulz Nunes solicitou a sua substituição nos termos do artigo 78.º da L.A.L., pelo cidadão do PSD imediatamente a seguir na ordem da lista concorrente à Câmara Municipal, José Faria da Silva Santos. -----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE 28-03-2016, 11-04-2016 E 15-04-2016 ---
BALANCETE -----**

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE: -----

**N.º 01 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A FREGUESIA DE SABACHEIRA (20/PPRC/PR/2016)--**

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----



J.
AD

- N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 (19/PPRC/PR/2016) -----**
- N.º 03 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 2016 (36/PGEN/PR/2016 - 15/DIVER/PR/2013)-----**
- INFORMAÇÃO DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----**
- N.º 04 – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO COLÉGIO NUNO ÁLVARES PEREIRA PARA INSTALAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR (1/PPRC/VHC/2016)-----**
- GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----**
- N.º 05 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – abril de 2016 (8/PGEN/GC/2016) -----**
- GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----**
- N.º 06 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – ABERTURA EM DIAS FERIADOS NO ANO 2016 (28/PGEN/GELS/2016 - 3/DIVER/GELS/2015)-----**
- N.º 07 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – procedimento da arrematação em hasta pública das lojas 1 e 2 (serviço rápido de refeições) e 16 e 17 (mercearia), e da banca de pescado n.º 98 (29/PGEN/GELS/2016 - 3/DIVER/GELS/2015)-----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 08 – CEDÊNCIA DE CALÇADA À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ACADÉMICA DE CABEÇAS (2812/ENTE/DAJA/2016 - 14/DIVER/DOM/2014)-----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 09 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO COMERCIAL – instalação de loja provisória - Proc.º 189/2015 - Lidl & Companhia (111/JUEL/DGT/2016 - 189/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 10 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A RESIDÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS – estacionamento - Proc.º 348/2015 – Centro de Assistência Social de Tomar (92/JUEL/DGT/2016 - 348/EDIF/DGT/2015) -----**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**
- N.º 11 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NO ATO DE VENDA DO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DA RUA JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO, N.º 10 (100/AGEN/DAJA/2016)-----**
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**
- N.º 12 – XV TEMPLÁRIO - FESTIVAL INTERNACIONAL DE TUNAS DA CIDADE DE TOMAR (249/ENTE/DAJA/2016 – 10/ASSCUL/DTC/2014)-----**
- N.º 13 – RECRIAÇÃO DE UMA ROMARIA (48/PGEN/DTC/2016 - 5/ASSCUL/DTC/2014)-----**



N.º 14 – UTILIZAÇÃO DO CINETEATRO PARAÍSO – Cáritas de Tomar
(2277/ENTE/DAJA/2016 - 7/ESPEQ/DTC/2014) -----

N.º 15 – FESTA TEMPLÁRIA 2016 (36/PGEN/DTC/2016 - 5/ATIVEV/DTC/2016)-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 16 – ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS NAS FREGUESIAS RURAIS DO
CONCELHO DE TOMAR – março de 2016 (2329/ENTE/DAJA/2016 - 1/ESCAMU/DOM/2013)

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 17 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A
ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
(7.ª FASE) E JARDINS DE INFÂNCIA (5.ª FASE) (6/ESPP/UISE/2016 -
27/ADESC/DEAS/2013)-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 18 - UTILIZAÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TOMAR –
Estabelecimento Prisional Militar de Tomar (2606/ENTE/DAJA/2016 -
6/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – Câmara Municipal
de Torres Novas (2551/ENTE/DAJA/2016 - 10/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 20 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – Associação de
Judo do Distrito de Santarém (1487/ENTE/DAJA/2016 - 1/CEDESP/UDJ/2014)-----

N.º 21 - UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL
– Ténis Clube de Tomar (2522/ENTE/DAJA/2016 - 11/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 22 - UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL
– Ténis Clube de Tomar (2658/ENTE/DAJA/2016 - 11/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 23 - UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL
– Ténis Clube de Tomar (2659/ENTE/DAJA/2016 - 11/CEDESP/UDJ/2014) -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 24 – COMISSÃO CONSULTIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE – Representação da Câmara Municipal de Tomar
(2648/ENTE/DAJA/2016)-----

Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e, na ausência de público para atendimento, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----



A Sra. Presidente começou por informar que, na semana anterior, se realizou, em Tomar, uma reunião com a Sra. Secretária de Estado da Igualdade e o Alto Comissário para as Migrações, onde foram abordados o projeto de intervenção social para a comunidade cigana e para os dois bairros sociais do Município, o Programa Escolhas – face à abertura, em setembro, de nova fase de candidatura, tendo o Alto Comissário para as Migrações disponibilizado colaboração na preparação da candidatura do Município de Tomar –, e os Mediadores Sociais – face à abertura, prevista para janeiro do próximo ano, de fase de candidatura, atenta a importância deste elo de ligação entre as instituições e a comunidade cigana. Deu conhecimento que, no próximo dia vinte e quatro, à tarde, vai decorrer no Convento de Cristo, a apresentação pública do Plano Estratégico Nacional de Turismo, organizado pela Secretaria de Estado do Turismo e pelo Turismo de Portugal, onde, em princípio, estarão presentes o Sr. Ministro da Economia e a Sra. Secretária de Estado do Turismo, cujos convites entregará logo que cheguem. Adiantou que, no próximo fim-de-semana, acompanhada do Vice-Presidente, se deslocará a Vincennes, a convite da respetiva Câmara Municipal, estando agendada uma reunião para análise da retoma da geminação entre as duas cidades. Por último, informou que, face às condições climatéricas previstas para o dia do Congresso da Sopa, optaram pela deslocalização do evento para o Pavilhão Municipal Cidade de Tomar. Participaram no evento cerca de duas mil pessoas, estando os dados contabilizados a ser trabalhados para vir a conhecimento do Executivo, nomeadamente os relativos à receita, parte da qual reverte para o CIRE. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão destacou que, hoje, decorre a primeira edição da Feira Social do Concelho de Tomar, organizada pela Rede Social, para a qual foram convidados os vereadores, a qual também sofreu desta contingência de deslocalização do Congresso da Sopa, tendo em conta que a escolha da data pretendeu aproveitar a logística que já estaria montada para aquele evento. Salientou que, no essencial, esta feira visa permitir às instituições sociais parceiras na Rede Social divulgar junto da comunidade o trabalho que fazem e as muitas valências que oferecem, bem como proporcionar um dia de convívio e de animação, particularmente à população sénior, quem mais acorre a este evento, apesar de também estarem presentes instituições da área da juventude, quer diretamente na mostra quer, depois, na animação. Por último, referiu que, sendo difícil acompanhar tudo aquilo que acontece nas muitas associações do concelho e o sucesso que vão alcançando, pretende realçar o resultado alcançado por Mariana Mota, jovem tomarense, ex-atleta do UFCIT, atual



representante do Sport Lisboa e Benfica, vencedora das três léguas do Nabão, que, no passado sábado, se sagrou campeã nacional universitária nos dez mil metros. -----

A Sra. Presidente comunicou que, entre nove e onze de maio, vai realizar-se uma reunião da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, estando agendada para hoje a questão da A13. Referiu que, na última sessão da Assembleia Municipal, foram votadas e aprovadas um conjunto de propostas que, a exemplo do que fizeram na questão da saúde, devem ser anexas à exposição que vamos apresentar ao Ministério das Infraestruturas, sendo que, na próxima reunião, trará uma proposta, previamente trabalhada entre todos, para que o Executivo Municipal tome uma posição sobre a matéria. Por último, sublinhou o sucesso da sétima edição do Bibliotecando, iniciativa da qual a Câmara Municipal é parceira e que, em ambos os dias, reuniu, nos diversos painéis, um conjunto de oradores de renome nacional e internacional. Deu conhecimento que, aproveitando a presença do Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, Presidente da Comissão de Honra do evento, foi assinado publicamente o protocolo entre o Município de Tomar e o Centro Nacional de Cultura, aqui aprovado há largos meses. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques começou por referir que, ressaltando algum lapso ou incorreção que possa cometer, por falta de conhecimento prévio ou por lhe ter passado despercebida alguma informação que tenha sido prestada – o que é natural, pois não estão a tempo inteiro, têm a sua atividade profissional e não têm, nem nunca tiveram, qualquer apoio para que as coisas pudessem ser diferentes -, apesar de a Câmara Municipal ser parceira no Bibliotecando, não deu por ter recebido qualquer informação sobre esta iniciativa, o que lamenta. Saliu que naquilo que a Câmara Municipal é parceira o mínimo que podia acontecer é serem informados das iniciativas e respetivos programas. Solicitou, mais uma vez, que as informações que a Sra. Presidente aqui dá sejam prestadas por escrito. De seguida, realçou três eventos culturais a que, nos últimos tempos, teve ocasião de assistir, que entende de grande qualidade e provam que se faz muita coisa de qualidade sem grandes recursos financeiros, dando os parabéns às entidades envolvidas, e também à Câmara Municipal, pela colaboração que deu e que terá sido a necessária para a sua concretização: - o livro do Prof. Trincão (projeto que existe há muitos anos, desde a tentativa de a história de Tomar fazer parte das atividades curriculares, não tendo, na altura, havido facilidade pelas escolas que pudesse acontecer), com a colaboração da Junta de Freguesia de Tomar, cujo mérito há que reconhecer; - a exposição de Jorge Lopes, finalmente concretizada, que, em seu entender, é um marco das exposições em Tomar; e o espetáculo Poesia (In)Temporal, da responsabilidade do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, que valeu a pena e foi um bom momento.



De seguida referiu que as contas do Congresso da Sopa não poderão ser as mais corretas porque houve pagamentos sem qualquer recibo, adiantando que pagou três euros por um kit, não foi emitido recibo e, para sua surpresa, o troco que lhe foi dado foi retirado do bolso de alguém. Disse que, há muito tempo, desde o início, defende que a receita do Congresso da Sopa fosse para o CIRE e que fosse a instituição a vender os bilhetes. Referiu que aguarda para ver o que vai chegar, os convites que houve ou não houve, porque isso também importa. Saliu que alguns dos assuntos que abordará são repetitivos e é pena, como na área da saúde, onde continuam sem notícias sobre a medicina interna, ouvindo comentários que Torres Novas já tem e que não há médicos. Reafirmou que, se não há médicos é porque eles saíram daqui e foram para outros lados, há-os em Abrantes, os Conselhos de Administração anteriores que se responsabilizem porque Tomar tinha médicos que estão agora noutros hospitais e, obviamente, é mais fácil aos outros do que a Tomar terem essas valências. Saliu que, contrariamente ao que esperava, não há obras no Parque Infantil, mas está encerrado, assim como há outros espaços para crianças e jovens que não estão a funcionar, pelo que gostava que, na próxima reunião, houvesse informação do que se passa com estes espaços onde as crianças e jovens possam passar o seu tempo, brincar e usufruir dos espaços com a função para que foram criados. Realçou que não é solução cobrir com alcatrão as passadeiras em calçada mas tem continuado a acontecer. No que se refere à obra da Rua Marquês de Pombal, disse que não sabe como é que foi licenciada, ou não, e que o surpreendeu que, de um dia para o outro, tenha aberto sem licença de utilização, tendo em conta as constantes obras que ali decorreram, ter sido utilizado o espaço público sem qualquer proteção, obrigando os peões a atravessar para o outro lado ou a utilizarem a estrada. Sublinhou que é bom para Tomar que abram lojas, e que haja mais comércio, mas não de qualquer maneira, e todos se lembram que aquele senhor veio a uma reunião pública, onde só faltou dizer que ele é que decidia como as coisas eram, sendo certo que os vizinhos se queixavam, com toda a razão também. Perguntou se o referido estabelecimento tem licença de utilização e quais as razões porque ainda se mantém a grua junto à Praça de Touros. Questionou o que é que se passa com as rendas do Bairro Nossa Senhora dos Anjos tendo em conta que houve aumento de rendas mas, segundo julga saber, não foi para todos e o argumento é que seria por ordem alfabética ou coisa parecida. Referiu que não sabe a quem estão entregues os jardins e a limpeza mas há zonas onde a limpeza não existe e é curioso que se fale tanto na área social e não se tenha em conta que, se querem que as pessoas do bairro primeiro de maio sintam que não são excluídas têm que as tratar como tal e a limpeza urbana há muitos meses desapareceu dali, o que é



J.
[Signature]

inaceitável. Ironizando, deu os parabéns a quem tem os jardins porque a área ajardinada cresceu na cidade, vendo-se ervas em todo o lado, deparam-se com espaços ajardinados tratados e, ao lado, ervas deixadas a crescer junto aos passeios, o que não se percebe. Disse que, se a responsabilidade pode ser de quem trabalha, se cair, também pode ser que quem dirige, que não dá as melhores instruções. Sublinhou que é com tristeza que ironiza porque Tomar já foi uma cidade jardim, com os jardins bem tratados, e, há uns anos, muitos deles foram destruídos, no Mouchão quase desapareceram os canteiros, mas, agora, são constantemente abordados sobre este crescimento de ervas por todo o lado e a falta de limpeza na cidade. Disse que sempre defendeu que o funcionário público foi massacrado com cortes salariais e se regozijou quando isso acabou, e que tenham boas condições de trabalho, nunca colocou isso em causa, até pela experiência que teve quando presidiu à Câmara Municipal, onde encontrou cerca de cento e vinte pessoas a prazo, há três ou quatro anos, e as coisas foram resolvidas, a contento de todos. Sublinhou que os despachos sobre mobilidade interna que lhe chegaram na semana passada não estão fundamentados e alguns são autênticos atropelos à lei e ao direito, e espera que tenham a ver com o mérito de quem é promovido – já assistiram a casos em que cheira a autêntica promoção política; assim como houve despromoções políticas, no início do mandato, já houve promoções políticas -, sendo certo que, em qualquer desses despachos, destas autênticas promoções, por mobilidade, o direito invocado deve estar de acordo com o que se executa. Questionou como é que pode haver coordenadores se não houver dez assistentes ou não houver uma subunidade orgânica. Disse que não há fundamentação para estas dúvidas, quando se invocam os factos têm que invocar a lei e estar condizente, e, da análise que fez, tal não acontece; se não fosse competência da Sra. Presidente e tivesse que vir à reunião, o voto teria que ser contra. Sublinhou que deixa este alerta porque não quer que, daqui amanhã, se a tutela inspetiva funcionar, os funcionários sejam postos em causa, depois das legítimas expectativas que criaram; é bom saber fazer as coisas e fazê-las como deve ser. -----

A Sra. Presidente informou que os espaços infantis estão encerrados porque foram alvo de vandalismo e que decorre o procedimento de contratação pública para o parque infantil, cujos timings não podem ser apressados. Quanto à obra na Rua Marquês de Pombal, deu conta que os serviços de fiscalização intervieram por duas vezes, primeiro porque foi ocupado indevidamente espaço público e depois porque abriu sem licença, tendo sido levantados os respetivos autos de notícia. Esteve agendada uma reunião entre o Vereador Rui Serrano e o promotor mas foi desmarcada, por indicação deste.-----



34

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão respondeu à questão das rendas referindo que, como aqui informou, decorreu um trabalho de atualização de todos os agregados familiares das habitações sociais (bairros primeiro de maio e Nossa Senhora dos Anjos, e centro histórico), bem como dos respetivos rendimentos, como devia acontecer todos os anos mas não acontecia. Informou que, ao mesmo tempo, foram libertando algumas casas e regularizando algumas situações, havendo ainda alguns processos por concluir, porque há prazos a cumprir quando as coisas não são a bem. Disse que, de acordo com o regulamento e com a nova lei que rege a habitação social, em vigor desde finais de dois mil e catorze, nos casos concluídos há lugar à assinatura de novos contratos, o que já aconteceu em dois momentos, o primeiro há um mês atrás, tendo no conjunto sido assinados cerca de sessenta novos contratos. Nessa conformidade, as rendas foram atualizadas em função dos rendimentos dos agregados familiares, tendo ocorrido situações em que as rendas subiram e outras em que baixaram, sendo certo que a lei foi cumprida e foi aplicada a fórmula definida para as diversas situações. Informou que este procedimento não abrangeu ainda as cerca de cento e cinquenta habitações sociais porque estão a resolver à medida que vão conseguindo concluir os processos. Há situações de natureza muito diferente, as primeiras foram as mais fáceis, mas o trabalho vai continuar e, no final, com certeza, deverão sobrar algumas situações que não terão a ver com a atualização de rendimentos mas com situações de ocupação indevida das habitações. Disse que, nesta atualização, em quatro ou cinco situações, a subida da renda pode parecer bastante considerável mas está relacionada com os rendimentos dos agregados, é preciso perceber que alguém que tenha um rendimento da ordem dos dois mil euros mensais tem que pagar uma renda compatível ou, se calhar, não devia estar numa casa de habitação social, mas a verdade é que há algumas situações dessas, as quais, pela idade das pessoas, podem continuar a manter-se, se estas assim o entenderem, mas pagando uma renda de acordo com as suas possibilidades, conforme a lei. Adiantou que, na semana passada, uma equipa multidisciplinar, constituída por técnicos da ação social, das obras municipais e dos SMAS, com o acompanhamento da Junta urbana, iniciou uma vistoria física às instalações, algo que há muitos anos não era feito, para fazer um levantamento muito rigoroso do estado das habitações, por forma a desenvolverem um plano de intervenção nos locais onde seja mais necessário, tendo até ao momento sido visitadas cerca de cinquenta habitações. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça disse que, sem querer estar a analisar responsáveis, de onde é que a política partiu, ou os seus objetivos, os espaços verdes e a limpeza chegaram à situação em que estão por toda uma política que, durante muitos e muitos anos, veio sendo seguida;



não foram realizados investimentos nestas áreas, antes pelo contrário, a política foi desinvestir. Defendeu que o problema tem resolução e que, na área da limpeza, além da vontade política para o fazer – parte do princípio que toda a gente tem essa vontade, porque é inquestionável que a cidade precisa de uma ação muito forte e muito incisiva nesta área, são necessários recursos humanos e equipamentos. Sublinhou que, ao longo de mais de década e meia, não houve aquisição de equipamentos para esta área e, por isso, em finais de janeiro, quando assumiu a responsabilidade desta área, constatou que não têm carros em condições, em número suficiente, para recolha de resíduos sólidos, para que os circuitos possam funcionar normalmente; têm uma varredora elétrica com muitos e muitos anos; não existe outra coisa que não seja alguns carros para limpeza manual de ruas. Realçou que têm estado a proceder ao levantamento das necessidades em termos de equipamentos, para que possa ser planeado um trabalho correto para a limpeza de toda a cidade, a par da tentativa de encontrar alguns recursos humanos que possam, depois, utilizar esses equipamentos, e da recuperação de algum equipamento que estava inoperacional na FAI. Deu conta que foi recuperado um aspirador mecânico e um carro para lavagem de ruas e limpeza de contentores, encontra-se a decorrer o processo para aquisição de varredora idêntica à que existe e iniciaram-se procedimentos para aquisição de três aspiradores elétricos, ao mesmo tempo que está a ser feito um plano de trabalho que permita a articulação entre os serviços de higiene e limpeza e os serviços de espaços verdes, porque não há recursos humanos suficientes, em qualquer dos serviços, e, por vezes, os trabalhos podem ser rentabilizados e desenvolvidos em simultâneo, juntando estas duas áreas. Disse que esta interação era para ter sido iniciada a semana passada, a título experimental, em logradouros e parques de estacionamento, mas a chuva não o permitiu e tiveram que adiar esta primeira intervenção, sendo certo que estão a trabalhar no sentido de encontrar solução para o problema da limpeza da cidade. Salientou que, na área da jardinagem, tentam fazer o que é possível com sete jardineiros e, também aí, o desinvestimento foi muito. Referiu que o inventário do património da Câmara Municipal regista cerca de vinte máquinas de cortar relva mas, na verdade, só três estão operacionais e outras tantas semi-operacionais, as restantes estão a ser esventradas para obter peças e tentar reparar estas seis, pondo-as a funcionar nas mínimas condições. Evidenciou que estão a proceder à aquisição de equipamentos, não têm material necessário, em quantidade e qualidade, para cortar as ervas, precisam de credenciar o armazém que está feito nos SMAS para guardar os herbicidas e não poderão aplicar produtos químicos sem terem as condições legais para o fazer. Salientou que há muito trabalho a ser feito nestas áreas que



foram deixadas ao abandono, fruto de uma política de redução de pessoas e de equipamentos que foi seguida em muitas destas áreas, nomeadamente nos espaços verdes, entregando a empresas privadas o tratamento dos espaços e passando trabalhadores dos jardins para outros setores do Município – alguns ainda eram úteis, outros reformaram-se, outros têm mais catorze ou quinze anos do que tinham quando esta política começou a ser implementada – e vão agora tentar recuperar tudo isto; está convicto que não é um problema insolúvel e que, a curto prazo, podem tornar a ter uma cidade limpa e uma cidade jardim.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro começou por se referir aos despachos de mobilidade intercarreiras e à surpresa que causaram aos Vereadores do PSD, não pelas pessoas em questão, que não estão em causa, ou o seu mérito, mas tendo em conta, por um lado, a necessidade invocada pela Sra. Presidente de adotar uma política de redução com os custos do pessoal – infelizmente, estão a aumentar –, o facto de a Sra. Presidente se queixar muitas vezes de ter encontrado uma pirâmide invertida quando tomou posse – neste contexto, com a sua política, está a invertê-la ainda mais; e, também, porque analisando muito bem os despachos não encontram nenhuma fundamentação que justifique esta promoção encapotada por dezoito meses. Disse que espera que não seja uma forma de campanha política antecipada para as eleições do próximo ano, promovendo já alguns funcionários desta Câmara, para dar já algum contentamento, à conta do erário público. Reiterou que não encontram nenhuma fundamentação que justifique estas mobilidades, porque, além de haver uma fundamentação de direito deve haver uma fundamentação de facto, quais são os factos concretos para aqueles trabalhadores em funções públicas subirem de categoria por dezoito meses – dois assistentes técnicos vão subir diretamente a técnicos superiores, com os acréscimos salariais correspondentes, dois assistentes operacionais vão subir a assistentes técnicos e dois assistentes técnicos a coordenadores técnicos – e não encontram esta fundamentação.

Apresentou o seguinte requerimento sobre a mobilidade intercarreiras: -----

“Nos termos da legislação em vigor, sobre a matéria em epígrafe, quando exista conveniência para o interesse público, designadamente quanto a economia a eficácia e a eficiência dos serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade.-----

A mobilidade tem, no entanto, de ser fundamentada com matéria de facto, quer isto dizer: quais as razões em concreto que levam à mobilidade do trabalhador. -----

Face aos despachos de mobilidade interna proferidos pela Senhora Presidente requer-se que nos seja dada resposta às questões seguintes: -----

1. Quantos trabalhadores se encontram em mobilidade interna na Câmara Municipal. -----



2. Em que sectores se encontra a trabalhar cada um desses trabalhadores. -----
3. Quais as razões em concreto que levaram à mobilidade de cada um desses trabalhadores, uma vez que nos despachos não existe justificação específica que revele o interesse público de cada uma das mobilidades. -----
4. O porquê da mobilidade de cada um dos trabalhadores em detrimento de outros.-----
5. Quais as alterações funcionais de cada trabalhador sujeito a mobilidade. -----
6. Quais os encargos adicionais com estas mobilidades.”. -----

Continuando, o **Sr. Vereador João Tenreiro** recordou que, acerca de dois ou três meses, foi noticiado que um Deputado do PS, que também é Deputado Municipal nesta casa, interpelou o Sr. Ministro da Saúde sobre o regresso da medicina interna e das urgências médico-cirúrgicas a Tomar, tendo o mesmo respondido que era intenção deste Governo que regressasse e que, até finais de abril, daria uma resposta concreta quanto a esta questão. Referiu que, até hoje, não houve resposta por parte daquele governante, e nada de concreto existe sobre o regresso daquelas valências, e vão esperar que não seja mais uma operação de cosmética deste Governo porque há um conjunto de promessas feitas em campanha eleitoral que parecem ter ficado na gaveta: as trinta e cinco horas para a função pública não foi implementada nem se sabe se o será; o não aumento de impostos que, afinal, se verificou, nomeadamente nos combustíveis. Disse esperar que haja alguma resposta concreta sobre as valências para que não seja apenas mais uma promessa por parte deste Governo e que, se de facto se vier a concretizar, como esperam, não seja feito só com um ou dois médicos, para inglês ver, para fazerem uma inauguração a dizer que a medicina interna chegou a Tomar e, depois, não tenham capacidade e continuem a transferir pessoas para Abrantes, porque, claramente, é este o seu receio, que digam perante a opinião pública e coloquem em Tomar um ou dois médicos, que o serviço exista funcionalmente mas na prática não. Disse que não querem apresentar uma proposta de deliberação sobre este assunto porque entendem que esta questão deve ser transversal aos sete, e sugeriu à Sra. Presidente que, por iniciativa pessoal, faça um ofício ao Ministério da saúde para saber em que situação está o eventual regresso destas duas valências. No que se refere à A13, disse que é importante que haja uma deliberação deste órgão vincando a sua posição de exigência de redução dos preços, a exemplo do que aconteceu na Assembleia Municipal, onde foram aprovadas, por unanimidade, as moções apresentadas pela CDU, pelo PSD e pelos IpT. Salientou que, na mesma sessão, a Assembleia Municipal aprovou também duas moções relativamente ao encerramento da escola de Paialvo e do jardim de infância de Fétal de Cima, e perguntou que diligências é que a Sra.



Presidente se propõe fazer com base na aprovação dessas moções, se haverá um recuo por parte da Câmara Municipal em face da manifestação de vontade quanto ao encerramento destas duas escolas, a exemplo da A13, se há vontade da presidente deste órgão para haver uma tomada de posição sobre este assunto. No que se refere à falta de limpeza urbana, disse que já abordou esta questão com o Vereador Bruno Graça e que, perante esta desculpa que houve um desinvestimento ao longo dos anos, até podem concordar que houve um recurso maior aos ajustes diretos do que à contratação de pessoal, porque poderia ser uma orientação de quem cá estava antes, poderiam ter a perspectiva que a Câmara Municipal devia recorrer mais a outsourcing do que à contratação de pessoal, porque, a partir de dois mil e oito, também havia limitação legal para contratar pessoal, mas não se lembra de ver uma cidade tão suja e tão abandonada como vê atualmente, com um matagal autêntico nos passeios e por todo o lado, e não podem dizer que é uma questão de desinvestimento porque este Executivo está em funções, e a maioria no governo deste Município, há quase três anos, já era para ter sido feita alguma coisa. Disse que percebe que o Vereador Bruno Graça só está com este pelouro há pouco tempo - desde que houve a remodelação e saiu o Vereador Rui Serrano, quem tinha esta pasta nos SMAS - mas culpar o passado não é solução, devem olhar para o passado para corrigir os erros que então se cometeram e não cometer os mesmos porque, se calhar, quem cá estava pensava o recurso a outsourcing era a melhor solução, mas não viam uma cidade tão desmazelada como está agora. Destacou, como exemplo, o terreno camarário junto ao pavilhão do SCT e o passeio onde era feito o Festival do Frango, que estão de uma forma como nunca viu, apesar de saber que, este ano, choveu muito. Referiu que fica um pouco curioso porque, no ano passado, a GNR levantou noventa autos de contraordenação por falta de limpeza de terrenos, o Município aprovou um regulamento para impor aos particulares essa limpeza e a Câmara Municipal não a faz nos seus espaços. Defendeu que é preciso haver um cuidado muito grande nesta área porque a cidade está suja, desmazelada e é agora uma cidade de jardins com ervas, a anterior designação era um cartão de visita muito grande que Tomar tinha e não pode ser descurado. Salientou que é uma questão de prioridades haver dinheiro para investimentos pois lembra-se de terem aqui aprovado autorizações para contratar sociedades de advogados para fazer cadernos de encargos, quando temos cinco juristas nesta casa; se calhar, o dinheiro que gastámos dava para investir no que é necessário nestas áreas; é uma questão de prioridades e de organização; não é uma questão do que não havia e deixou de estar, poderia aceitar essa justificação no primeiro ano de mandato mas, nesta altura, mesmo lá fora, já não releva, decorreram quase três anos e gostavam de ter



uma maior eficácia e eficiência no tratamento do espaço urbano da cidade. Quanto ao parecer solicitado na Assembleia Municipal sobre a situação do Chefe de Divisão Financeira, inicialmente dirigido à Inspeção Geral de Finanças, posteriormente solicitado à CCDR, recordou que, perante a informação que lhe chegou de que não foi emitido o parecer porque a Câmara Municipal não liquidou o montante dos emolumentos que a CCDR cobra para o efeito, na última reunião, pediu informação à Sra. Presidente, que disse não ter conhecimento, o que estranhou, pelo que voltou a questionar se se confirma que a CCDR aguarda o pagamento para emitir o parecer sobre a validade da nomeação. -----

A Sra. Presidente afirmou que ninguém gostava mais de ter a cidade tão limpa quanto eles, sendo certo que, no dia-a-dia, se debatem com enormes dificuldades em termos de pessoal e de equipamentos. Realçou que estão a fazer investimentos em equipamentos e que o que pagam a uma sociedade de advogados não chega sequer para um terço do custo de uma varredora mecânica, por exemplo. No que se refere à questão do parecer solicitado à CCDR, referiu que, face ao número de requisições externas emitidas diariamente na Câmara Municipal é natural que, de cor, a Presidente não consiga saber todas e tenha que perguntar aos serviços, o que fez. Informou que, de acordo com a informação que recolheu na Divisão Financeira, foram pedidos dois pareceres à CCDR, um sobre a matéria referida, cuja requisição externa foi emitida e está paga, e outro sobre a área do urbanismo, para o qual não tinha sido emitida a correspondente requisição.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro recordou que a Sra. Presidente não respondeu à questão que colocou sobre as moções aprovadas na Assembleia sobre o reordenamento da rede escolar. ---

Em resposta, **a Sra. Presidente** disse que as moções são recomendações e não propostas. ---

O Sr. Vereador Bruno Graça referiu que não discute onde é prioritário gastar o dinheiro sendo certo que, neste momento, o investimento que está a ser feito através dos SMAS ronda os quatrocentos mil euros. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que só podem estar a brincar quando referem rendimentos de dois mil euros nos agregados familiares em habitações sociais, pois pode haver alguns mas não são, com certeza, a maioria, e o que perguntou foi se os aumentos foram para todos ou não. Face à resposta, **requereu** a prestação de informação sobre as situações em que se verificou alteração do valor das rendas pagas ao Município de Tomar e respetivos fundamentos, a qual será tratada com a devida confidencialidade. Perguntou se a comitiva que vai a Vincennes integra apenas a Presidente e o Vice-Presidente ou se vão mais parceiros, até pela questão das tais prioridades; podem questionar se um contrato de avença



com advogados resolve ou não o problema mas uma despesa com advogados mais uma despesa com pessoas integram destas delegações, muitas vezes, sem que se saiba com que benefícios para a instituição ou para o concelho, todas somadas dava dinheiro para fazer outras coisas, como nos jardins e na limpeza. Chamou a atenção que, ao fim de dois anos e meio, se desculpam com o passado mas, na última campanha eleitoral, não ouviu ninguém dizer que isto ou aquilo ia ser um problema, tudo eram flores. Referiu que foi aqui acusado de demagogia, quando propôs o cumprimento de uma deliberação da Câmara acerca do mercado, mas isto é que é demagogia, estar a desculpar-se com uma situação que não foram capazes de resolver até ao momento, e que vão resolver à custa de os SMAS terem ido ao bolso de quem paga as respetivas faturas. Disse que, quando for preciso, esclarece os números dos SMAS, o lucro destes serviços, à custa de quem é que se obtém. Saliu que, se para arranjar meios financeiros para resolver o problema da limpeza e dos jardins é preciso aumentar a fatura dos SMAS, a gestão desta casa é responsável pela situação porque não foi capaz de definir prioridades e encontrar outros meios para resolver os problemas. Disse que, no passado, disse o que tinha a dizer, criticou-o, mas, nesse aspeto, a CDU está neste momento para o PS como o PS esteve para o PSD no mandato passado, e foi responsável, tal como eles, não venham agora arranjar desculpas; lá porque o Vereador Bruno assumiu agora o pelouro, fez parte da coligação até aqui, a realidade é esta e não outra, e é a coligação quem tem que resolver estes problemas porque assumiram essa responsabilidade, e revelaram hoje aqui, com a desculpa do passado, a incapacidade para resolver esta questão. Disse que devem ter muito cuidado quando atribuírem a outros atitudes demagógicas, quando não fizeram mais do que tentar que a Câmara cumprisse uma deliberação de mandatos anteriores – as deliberações valem o que valem e a maioria rasgou a deliberação, porque a conversa dos comerciantes e tudo mais, é mesmo conversa, quando chega a altura de compensar os comerciantes por prejuízos que tiveram, diretamente por responsabilidade da Câmara, que, na altura, não fez obras como deve ser para que o mercado não fosse encerrado, puseram-se de lado e ninguém tem direito a nada. Questionou o que é que é demagogia, se propor que eles sejam compensados ou dizer que não têm direito a nada. Saliu que vamos investir quatrocentos mil euros dos SMAS porque houve aquele lucro e este, sem dúvida nenhuma, não teve a ver com medidas de gestão desta casa, mas com o aumento da fatura da água (se tiverem dúvidas, esclarece isso sem qualquer problema, através da comparação das faturas). Disse que gostava de deixar isto claro e que acabassem as desculpas em relação ao passado porque, qualquer deles, quando se candidatou nas últimas eleições, sabia o que é que se



passava nesta casa, o processo do ParqT não foi uma incógnita para ninguém, todos, de forma mais ou menos direta, tinham conhecimento que a realidade financeira era difícil. Disse que, na altura, ficou surpreso com tantas promessas e, agora, perante as dificuldades, não se admira que, a meses das próximas eleições, ainda se esteja a falar do passado e a desculparem-se; é a poupar que se conseguem meios para realizar outras coisas que são fundamentais, não é de outra maneira, e quem nunca aprendeu isto, se calhar, não está capacitado para gerir dinheiros públicos.-----

A Sra. Presidente disse que é preciso separar a questão do mercado da questão da limpeza. Clarificou que só a Presidente e o Vice-Presidente vão a Vincennes. Afirmou que ninguém se está a desculpar com o passado, ou a dizer que não vai resolver a questão, porque a ninguém custa mais a situação em que a cidade está, para além de que estão a proceder à limpeza de todos os contentores do Concelho, o que não acontecia há muito tempo. Salientou que a limpeza urbana não se esgota no passeio e na erva do passeio, é um ano complicado em termos de chuva (por exemplo, as rotundas foram todas aparadas a semana passada, e verão o tempo que duram assim), não se podem aplicar os fitofarmacêuticos como antigamente (eram muito mais potentes), mas isto não serve de desculpa, se não podem aplicar-se há que comprar equipamento que corte ou arranque as ervas, e é isso que estão a fazer. Salientou que também é preciso ter em atenção donde é que vem o dinheiro para se poder pagar, uma coisa é utilizarem o dinheiro para folclore, outra coisa é utilizá-lo para servir a população, e estão a utilizá-lo essencialmente para melhorar a limpeza urbana da cidade e do concelho. Reafirmou que não são desculpas, são relatos do quadro que encontraram, com poucos recursos humanos e pouco equipamento, conscientes que têm que o alterar, e estão a trabalhar para isso, pois, como sempre disse, é com a realidade que têm que trabalhar, podem deitar culpas ao que está para trás, falar o que quiserem, mas não alteram o passado e têm que trabalhar com a situação que encontraram e dar resposta aos problemas. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que será dada resposta ao requerimento do Vereador Pedro Marques mas quer, desde já, deixar claro que o procedimento não está concluído e vai continuar e que, do total das cerca de cento e cinquenta habitações ainda só foram atualizadas as rendas correspondentes aos cerca de sessenta novos contratos já assinados, sendo que, nestes casos, há um conjunto vasto de rendas que sobe ligeiramente e outras que descem ligeiramente. Sublinhou que o valor destas rendas, na sua larga maioria, vai dos cinco euros e pouco aos quarenta euros, havendo, como disse, meia dúzia de situações em que os rendimentos dos agregados são avultados mas as pessoas têm mais de sessenta e cinco anos



e têm direito a continuar nas habitações, tendo que se aplicar uma renda social em função desses rendimentos, a qual, no nosso caso, em função do valor patrimonial das habitações e o seu estado de conservação, pode atingir o valor máximo de cento e trinta e cinco euros. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que a questão que colocou não foi para esta meia dúzia de situações que não podem servir de exemplo, não questiona essa meia dúzia de casos de agregados que ganham quase dois mil euros, o que questiona é que alguns sejam aumentados já, outros para o mês que vem, outros daqui a dois meses, e outros diminuem. O que quer saber é se são todos aumentados ao mesmo tempo ou porque é que uns começam a pagar agora e outros não, a meia dúzia de casos que existam com rendimentos elevados podem pagar cento e trinta e cinco euros à vontade, não traria aqui um assunto desses, o que o preocupa é a discrepância de estar a mexer nalgumas rendas e noutras não. Referiu que não vale a pena escamotear a verdade, já conheciam a realidade, ou demoraram a conhecê-la, e vir, agora, dizer que estão a intervir não chega, ao fim de dois anos e meio de conhecer um problema é muito tarde para encontrar as soluções - se há coisa que aprenderam, e a que tiram o chapéu, é que a maioria sabe comunicar mas, mesmo isso, está a cair, as pessoas já não vão nessa conversa. Salientou que a questão que tem que ser colocada é onde andou o responsável deste pelouro durante dois anos e tal, e foi preciso o aumento da fatura dos SMAS para se resolver, porque não houve poupanças noutras matérias que devia haver. Tendo em conta que a Sra. Presidente disse que gastam dinheiro nisto e não gastam em folclore, lembrou que aguarda resposta a um requerimento sobre despesas realizadas, ao qual pretende voltar na próxima reunião, porque já ouviu muita coisa sobre isso e acha que já é altura de ter uma resposta concreta para depois, escarpelizando as informações, verem se houve gastos em coisas concretas ou em "folclore" - este termo foi utilizado pela Sra. Presidente, e bem aplicado, porque folclore é uma atividade cultural que bastante estima e contra a qual nada tem. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias vinte e oito de março, onze e quinze de abril de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade. -----

O Sr. Vereador José Faria da Silva Santos não participou na votação por não ter estado presente nas referidas reuniões, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----



[Handwritten signature]

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia seis de maio de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: um milhão, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e vinte e três cêntimos (1.750.558,23€) em Operações Orçamentais, e cento e trinta mil trezentos e oitenta euros e sete cêntimos (130.380,07€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 01 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A FREGUESIA DE SABACHEIRA -----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Considerando que o Concelho de Tomar apresenta uma rede viária de cerca de 525Km2 que necessita de intervenção; -----
Atendendo a que na rede viária considerada não estão contemplados os arruamentos; -----
Atendendo à vasta extensão da rede viária, e à escassez de recursos humanos e financeiros, torna-se necessário planear e priorizar as intervenções; -----
Atendendo a que as intervenções agora objeto de contrato interadministrativo se encontram avaliadas pelos serviços e priorizadas como urgentes; -----
Atendendo a que as intervenções foram negociadas com as respetivas juntas de freguesia;
Atendendo a que a Lei 75/2013, de 12 de setembro, possibilita, em domínios dos interesses das populações, a faculdade de realização de contratos interadministrativos com as juntas de freguesia, submete-se à apreciação da câmara municipal, a proposta de contrato em anexo, para a Freguesia da Sabacheira".-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato interadministrativo, nos seus precisos termos, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e José Faria da Silva Santos que apresentaram a seguinte declaração de voto: "1. Os vereadores do PSD, declaram desde já e para que não restem quaisquer tipos de dúvidas, que estão de acordo e apoiam todas as obras que se façam nas áreas correspondentes das respetivas juntas de freguesias;-----
2. Não podem é concordar com um documento vago, sem critérios, discriminação e pormenorização das obras que se pretendem levar a cabo, o que, ao ser aprovado como a governação PS/CDU propõe, servirá apenas para camuflar todos os montantes e trabalhos efetuados e a efetuar pela Câmara Municipal, ocultando as reais despesas que são realizadas por parte do município.-----



3. Evitando assim que cada executivo de uma junta de freguesia possa de facto comparar o que de facto foi gasto e despendido na área da sua freguesia, em comparação com as outras freguesias do concelho, tendo em conta o número de habitantes e estradas existentes, violando assim o princípio da transparência e da igualdade.-----
4. Pelo que consideramos que não foi uma "obra de acaso" que se apresentou para aprovação de um documento tão simples, elementar, primário, rudimentar e primitivo, despido de critérios e de valores, pois com este documento não temos dúvidas em afirmar que a governação PS/CDU está a adotar uma política junto das freguesias onde existem "filhos e enteados".-----
5. Senão vejamos: nos termos do art.º 133º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, os Acordos de Execução devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas da delegação legal.-----
6. Nos termos do n.º 2 do art.º 115º, da mesma Lei prevê-se que na previsão dos recursos deve-se fazer obrigatoriamente referência às respetivas fontes de financiamento e aos seus modos de afetação, sendo que a delegação de competências terá de ser sempre feita através de celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade (art.º 120º da Lei 75/2013);-----
7. Além do mais, a celebração destes contratos deve obedecer aos princípios da Igualdade, Não discriminação, Estabilidade, Prossecução do Interesse Público, Continuidade da prestação do serviço público e Necessidade e suficiência de recursos (art.º 121º da mesma Lei);-----
8. Sendo que, na concretização da delegação de competências e no respeito pelo princípio da igualdade e da não discriminação, os municípios devem concretizar, designadamente, critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias abrangidas pela respetiva circunscrição territorial. (art.º 135 da Lei)-----
9. Estas minutas de protocolo têm apenas cinco artigos e não definem, nem transpõem para o documento em causa, quaisquer dos requisitos acima mencionados, apenas referindo trabalhos na estrada municipal n.º 524 numa extensão de 2.000 metros.-----
10. É completamente omissivo quanto aos requisitos legais, sendo que além de não especificar os montantes, nada diz em concreto quanto às datas das transferências dos valores necessários, quando as juntas de freguesia certamente se comprometeram já perante os seus fornecedores.-----
11. Estas minutas de protocolos apresentadas vão "deixar na mão" da coligação PS/CDU a



[Handwritten signature]

arbitrariedade de se substituírem às juntas de freguesia na idealização dos projetos que as mesmas possam ter pensado e projetado a favor dos reais interesses da sua população;-----

12. Essa situação viola um dos princípios conquistados com o 25 de Abril de 1974, que a governação PS/CDU tanto quis enaltecer com as comemorações dos 42 anos, demonstrando assim que só defende Abril com meros artifícios e operações cosméticas, pelo que seria desejável que comemorasse as "conquistas de Abril", através de políticas que respeitassem os direitos consagrados na Constituição, entre os quais o princípio da descentralização do poder local; -----

13. Já no ano passado os vereadores do PSD haviam dito que não concordavam com o teor e os princípios subjacentes à elaboração destes protocolos, pelo que optaram pela abstenção, sugerindo que tais documentos fossem melhorados no futuro, devendo os mesmos ser elaborados após uma verdadeira avaliação da realidade de cada território e tendo em conta os considerandos anteriores;-----

14. Todavia, a governação PS/CDU continua na sua senda de tudo querer fazer como bem entende, ocultando os reais interesses das freguesias, manipulando os critérios, violando assim por completo a Lei. -----

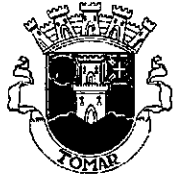
15. Repetimos que se trata de um documento vago, sem critérios, discriminação e pormenorização das obras que se pretendem levar a cabo, que apenas serve para camuflar todos os montantes e trabalhos efetuados e a efetuar pela Câmara Municipal, e assim esconder as despesas que são realizadas pelo município. -----

16. E deste modo evita que cada executivo de uma junta de freguesia possa de facto comparar o que de facto foi gasto e despendido na área da sua freguesia, em comparação com as outras freguesias do concelho, tendo em conta o número de habitantes e estradas existentes, violando assim o princípio da transparência e da igualdade. -----

17. Um documento, aliás, um "não documento" tão elementar, primário, rudimentar e primitivo, despido de critérios e de valores, servirá apenas para adotar uma política junto das freguesias onde existem "filhos e enteados". -----

18. Pelo que, reiterando que concordamos com as obras e intervenções que possam ser protocoladas e acordadas com as juntas de freguesia, optamos pela abstenção, pois o PSD está e estará sempre com as populações, não concordando porém com a forma como este assunto é tratado pela Governação PS/CDU.-----

19. Concordamos e apoiamos todo o tipo de políticas e intervenções que se façam para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da freguesia da Sabacheira. Não podemos



J.
M.

contudo concordar com a ligeireza e ausência de rigor com que a governação PS/CDU trata estes assuntos.”-----

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E DE 1 DE FEVEREIRO DE 2016-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados pela Sra. Presidente, em abril de 2016, ao abrigo das alíneas d) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como os despachos efetuados pelo Sr. Vereador Rui Serrano, ao abrigo das alíneas y), ss) e tt) do n.º 1 do referido artigo 33.º, e do n.º 4 do artigo 5.º do RJUE. -----
A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 03 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 2016-----

Foi presente a informação n.º 122/2016 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de abril de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas no mês de abril de 2016 e os apoios prestados, no montante total de 1.429,50€ (mil quatrocentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos). -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 04 – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO COLÉGIO NUNO ÁLVARES PEREIRA PARA INSTALAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR-----

Foi presente, para conhecimento, o procedimento efetuado pela Escola Profissional de Tomar para reabilitação do edifício do antigo Colégio Nuno Álvares Pereira com vista à sua instalação naquele espaço.-----
A Câmara tomou conhecimento.-----

Os Srs. Vereadores do PSD **requereram** o fornecimento de cópia da(s) deliberação(ões) tomada(s) relativa(s) à cedência de espaço à Escola Profissional de Tomar no edifício do ex-Colégio Nuno Álvares Pereira.-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

N.º 05 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – abril de 2016-----

Foi presente o relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados



[Handwritten signature]

pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de abril de 2016.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 36,00€ (trinta e seis euros).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----

N.º 06 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – ABERTURA EM DIAS FERIADOS NO ANO 2016 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Bruno Graça relativa à abertura e encerramento do Mercado Municipal nos dias feriados de 2016, repostos pela Assembleia da República, precedida de inquérito de opinião junto dos vendedores. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta de abertura do Mercado Municipal nos dias 26 de maio, 5 de outubro, 1 de novembro e 1 de dezembro de 2016. -----

Esta deliberação foi tomada por seis votos a favor e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

N.º 07 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – procedimento da arrematação em hasta pública das lojas 1 e 2 (serviço rápido de refeições) e 16 e 17 (mercearia), e da banca de pescado n.º 98 -----

Foi presente a informação n.º 144/2016 do Gabinete de Economia Local Sustentável, submetendo ao Executivo Municipal a aprovação do procedimento da arrematação em hasta pública das lojas 1 e 2 (serviço rápido de refeições) e 16 e 17 (mercearia), e da banca de pescado n.º 98, bem como a designação do respetivo júri. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o procedimento da arrematação em hasta pública para os espaços supra identificados, nos termos propostos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 8.º do regulamento de organização e funcionamento do Mercado Municipal de Tomar. -----

Mais deliberou designar para o efeito o júri constituído por Natércia Luís (presidente), Sónia Antunes e Humberto Simões (vogais efetivos), e António Lopes Caetano e Júlio Lopes Martins (vogais suplentes). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE CALÇADA À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ACADÉMICA DE



J.

M.

CABEÇAS

Foi presente a informação n.º 2410/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de 1 m³ de calçada miúda à Associação Recreativa e Académica de Cabeças, para conclusão da pavimentação de caminheira existente entre o terreno da associação e a igreja da localidade, dando origem a uma despesa de 109,00€ (cento e nove euros).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:

N.º 09 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO COMERCIAL – instalação de loja provisória

REQUERENTE: Lidl & Companhia

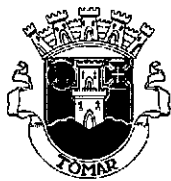
Foi presente o processo n.º 189/2015, relativo à alteração e ampliação de edifício comercial, sito na Estrada de Coimbra, União das Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais), em que é requerente a firma Lidl & Companhia, com informações n.ºs 3524/2016 e 3526/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a instalação de loja provisória, por um período estimado de seis meses, pelos fundamentos apresentados.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações, deliberou aprovar a proposta de instalação da loja provisória a que se refere o ponto III da informação n.º 3524/2016, nas condições apresentadas em 1.3..

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e José Faria da Silva Santos que ditaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD declaram desde já que concordam com o investimento feito pelo Lidl, que, aliás, resulta de uma política global feita a nível nacional. ---

Contudo, analisando a proposta de deliberação, a mesma não encontra fundamentação legal para levar à reunião da Câmara a instalação da loja provisória, nem tão pouco ouvimos do Sr. Vereador com competência subdelegada justificação para esse facto. ---

Assim sendo, reiterando que concordam com o teor mas não aceitam que matéria subdelegada venha à reunião da Câmara, para deliberação, os Vereadores do PSD declaram o seu voto vencido.".



J
A

N.º 10 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A RESIDÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS-----

REQUERENTE: Centro de Assistência Social de Tomar -----

Foi presente o processo n.º 348/2015, relativo à alteração e ampliação de edifício destinado a residência para pessoas idosas, sito em Carrascal, União das Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais), em que é requerente o Centro de Assistência Social de Tomar, com informações n.ºs 3058/2016 e 3561/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta de estacionamento, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações, deliberou aprovar a proposta de estacionamento, e respetivo estudo fundamentado, a que se refere o ponto I da informação n.º 3058/2016, nas condições apresentadas em 2.4. -----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 11 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉ-DO-CHÃO DIREITO DA RUA JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO, N.º 10-----

Foi presente o requerimento apresentado por Irene de Jesus Fernandes Dionísio para que a Câmara Municipal se pronuncie quanto ao exercício do direito de preferência na venda da fração autónoma designada pela letra B, correspondente ao rés-do-chão direito do prédio sito na Rua José Raimundo Ribeiro, n.º 10, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), inscrita na matriz predial urbana sob o art.º 3165, que pretende vender pelo valor 30.000€ (trinta mil euros), acompanhado da avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada, nos termos e condições que lhe são apresentados. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 12 – XV TEMPLÁRIO - FESTIVAL INTERNACIONAL DE TUNAS DA CIDADE DE TOMAR-----



Foi presente a informação n.º 452/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pelos licenciamentos das atividades promovidas no âmbito do XV Templário – Festival Internacional de Tunas da Cidade de Tomar, bem como a cedência de estacionamento no parque de estacionamento da Praça da República, entre 15 e 17 de abril de 2016, com o custo de 112,20€ (cento e doze euros e vinte cêntimos), conforme solicitado pela Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar do pagamento das taxas e tarifas devidas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas e do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos Parques de Estacionamento Cobertos da cidade de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 – RECRIAÇÃO DE UMA ROMARIA -----

O assunto foi retirado em face do cancelamento da atividade na data indicada. -----

N.º 14 – UTILIZAÇÃO DO CINETEATRO PARAÍSO – Cáritas de Tomar -----

Foi presente a informação n.º 726/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de isenção dos custos de cedência do Cineteatro Paraíso, no dia 8 de outubro de 2016, para realização de concerto de angariação de fundos a favor da Cáritas de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Cáritas de Tomar do pagamento devido pela cedência do espaço, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento de utilização do Cineteatro Paraíso.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – FESTA TEMPLÁRIA 2016-----

No seguimento da deliberação de 28 de março de 2016, foi presente a informação n.º 719/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo ao Executivo Municipal a criação de um novo espaço de venda na Festa Templária, enquadrada no regulamento das mostras de recriação histórica do concelho de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a criação de um novo espaço de venda junto ao Estádio Municipal, nos termos propostos na supra referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----



N.º 16 – ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE TOMAR – março de 2016-----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 604/2016 da Divisão de Proteção Civil, dando conta dos acidentes que ocorreram nas freguesias rurais do concelho de Tomar, durante o mês de março de 2016. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 17 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (7.ª FASE) E JARDINS DE INFÂNCIA (5.ª FASE) -----

Foi presente a informação n.º 540/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de um escalão A e de um escalão B para subsídio de refeição a alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a atribuição de subsídios de refeição e de ATL a crianças do pré-escolar, no ano letivo 2015/2016, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição dos referidos apoios no âmbito da ação social escolar, no ano letivo 2015/2016, nos termos da supra referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 18 - UTILIZAÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TOMAR – Estabelecimento Prisional Militar de Tomar-----

Foi presente a informação n.º 572/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização da pista de atletismo do Estádio Municipal de Tomar, nos dias 3 e 5 de maio de 2016, para realização de provas de aptidão física pelos militares do Estabelecimento Prisional Militar de Tomar, conforme solicitado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Estabelecimento Prisional Militar de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, no espírito de colaboração e parceria com aquela entidade. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – Câmara Municipal

**de Torres Novas** -----

Foi presente a informação n.º 570/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira, no dia 17 de abril de 2016, para realização de jogo oficial de basquetebol, conforme solicitado pela Câmara Municipal de Torres Novas. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Câmara Municipal de Torres Novas do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, como princípio de boa colaboração entre municípios. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 20 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – Associação de Judo do Distrito de Santarém -----

Foi presente a informação n.º 560/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira, nos dias 13 e 14 de maio de 2016, para realização do Campeonato Zonal de Juvenis, conforme solicitado pela Associação de Judo do Distrito de Santarém. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Judo do Distrito de Santarém do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

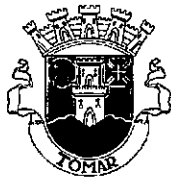
N.º 21 - UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar -----

Foi presente a informação n.º 575/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização de quatro campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal, no dia 30 de abril de 2016, para realização do Torneio Mega Open 2016, conforme solicitado pelo Ténis Clube de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 22 - UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar -----



Foi presente a informação n.º 580/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização de quatro campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal, no dia 7 de maio de 2016, para realização do Torneio Masters, conforme solicitado pelo Ténis Clube de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 - UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÉNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar-----

Foi presente a informação n.º 581/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização de quatro campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal, no dia 8 de maio de 2016, para realização do Smash Tour, conforme solicitado pelo Ténis Clube de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 24 – COMISSÃO CONSULTIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE – Representação da Câmara Municipal de Tomar -----

Por proposta do Sr. Vereador Rui Serrano foi presente a informação n.º 3593/2016, da Divisão de Gestão do Território, propondo ao Executivo Municipal a indicação da Chefe daquela Divisão, Arq.ª Filipa Cartaxo, como representante da Câmara Municipal de Tomar na Comissão Consultiva de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere, constituída por despacho do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de 10 de março de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou designar a Chefe de Divisão de Gestão do Território, Arq.ª Filipa Cartaxo, para a Comissão Consultiva de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----



Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal